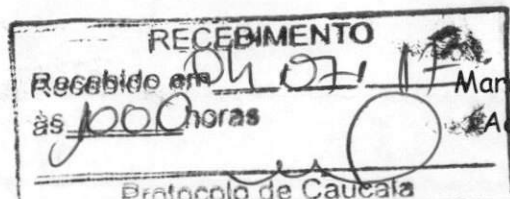




0061432-87.2017.8.06.0064

JUSTIÇA GRATUITA

Classe : Procedimento Comum  
Assunto principal : Pagamento  
Competência : Cível Interior  
Valor da ação : R\$ 13.500,00  
Volume : 1  
Requerente : **Marilene de Sousa da Silva**  
Advogada : Maria de Fatima Carneiro Monteiro (OAB: 32315/CE)  
Requerido : **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**  
Menor : Joao Klismam da Silva Martins  
Observação : Observação Classificação: AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT  
Localização Física: Data da Localização: 04/07/2017 14:12  
DIVISAO DE PROTOCOLO DA COMARCA DE CAUCAIA  
Data da Localização: 17/07/2017 10:36  
Encaminhado Automaticamente Após Distribuição/Redistribuição do Processo para 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA  
Distribuição : Sorteio - 04/07/2017 17:18:00



Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

Protocolo de Caucaia

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE.

**AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

**Promovente: JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**

**Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A**

**JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**, brasileiro, menor púbere, nesse ato, representada por sua mãe, **MARILENE DE SOUSA DA SILVA**, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº 760.017.843-63, portadora do RG Nº 95002307070 SSPDS/CE, ambos residentes e domiciliados na Rua Povoado Pindobas, 10, Japura - Caucaia/CE, CEP: 61600 000, vêm com o devido respeito e acatamento, perante Vossa Excelência, através de sua advogada legalmente constituída, conforme Instrumento Procuratório em anexo, ajuizar a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 09.248.608/0001-04, estabelecida na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, bairro Centro, CEP: 20.031-205 - Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

### DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Requer a parte autora os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, por ser pessoa com insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas processuais e os honorários advocatícios.

O caput do art. 98 do NCPC dispõe sobre aqueles que podem ser beneficiários da justiça gratuita, *in verbis*: “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”.

A Jurisprudência e a Doutrina são pacíficas, quanto ao tema da assistência ao necessitado:

“A GRATUIDADE DE JUSTIÇA AOS NECESSITADOS É IMANENTE AO DIREITO DE AÇÃO, É UM DIREITO FUNDAMENTAL E IRRENUNCIÁVEL, DISPOSTOS NA CARTA MAGNA DE 1988 COM APLICABILIDADE IMEDIATA (ART. 5º 1º) – MODERNAMENTE, NO ESTADO SOCIAL (WELFARE STATE) A ASSISTÊNCIA ENTRE OS MEIOS DE REALIZAÇÃO DA CIDADANIA, COMO DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO EM FACE DO PRÓPRIO ESTADO, PARA EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA”. (Comentários ao Estatuto da Advocacia, Paulo Luiz Netto Lobo, Ed. Brasília Jurídica, 2ª Ed., DF-1996, p. 113)

“SE A PARTE INDICOU ADVOGADO, NEM POR ISSO DEIXA DE TER DIREITO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA, NÃO SENDO OBRIGADA, PARA GOZAR DOS BENEFÍCIOS DESTA, A RECORRER AOS SERVIÇOS DA DEFENSORIA PÚBLICA”. (STJ – BOL. AASP 1703/205).

Assim, pelos fundamentos acima citados e de acordo com os regramentos do NCPC, requer desde já o deferimento dos beneplácitos da AJG por ser a requerente pessoa com insuficiência de recursos.

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

### LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT** foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

#### CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS

**Art. 5º.** Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios **TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA** em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos: § 8º. *OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.*

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**.

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345



Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

### DA SITUAÇÃO FÁTICA

A parte autora, segundo BO n.º 201 – 1246/2014, refere que o Requerente, em 29/12/2013, às 14 h, foi vítima de acidente de trânsito quando conduzi ao veículo cinquentinha de sua prima Geane dos Santos Martins, marca Jonny Hype 50, cor laranja, ano 2011/2012. Chassi LHIXCBLDICB 306925, motor139FMB12A01818 50CC, RENAVAM-123456; que foi atingido pro outro veículo automotor na traseira não identificado. Com o impacto ficou desacordado, motivo pelo qual não anotou maiores detalhes em relação ao veículo gerador do acidente.

O requerente foi levado para o hospital municipal de Caucaia/CE, onde foi constatado uma fratura no rádio direito (punho direito), sendo submetido a uma cirurgia, documentação médica em anexo.

Ademais, conforme Relatório Médico para Avaliação de Invalidez Permanente (Total ou Parcial) acostado aos autos, concluiu-se que: **“A invalidez é temporária, portanto possível de recuperação significativa ou de cura através de tratamento”**.

Assim, ante o exposto, a vista dos fatos e da suficiente documentação acostada a presente inicial; avulta-se a legitimidade do pleito.

### DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

#### DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74 estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º** - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

*au*

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente,** independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

**PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA –  
DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM  
DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE  
DEVIDAMENTE DEMONSTRADO**

Assim sendo, condiciona-se a demonstrar a veracidade do pleito indenizatório, exarado no art. 5º da Lei 6.194/74, *in verbis*:

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 15 dias da entrega dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro de ocorrência no órgão policial competente e a prova da qualidade de beneficiários no caso de morte;

(...)

§4º. Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Parágrafo acrescentado pela Lei 811/92) **(grifo nosso)**

Existe jurisprudência que entende que a deformidade de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74 e demais legislações sobre o assunto.

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará decidiu, em 02/02/2016, no processo 0036224-30.2012.8.06.0112, in verbis:

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI Nº 6.194/74 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS NºS 11.482/07 E 11.945/2009. INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE. PAGAMENTO PROPORCIONAL AO GRAU DE INVALIDEZ. PROVA PERICIAL. COMPROVAÇÃO. **INDENIZAÇÃO DEVIDA.** AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1.O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), tem por objetivo indenizar, independentemente de culpa, as vítimas de acidente de trânsito, inicialmente regulamentado pela Lei nº 6.194/74, e, posteriormente modificada pela Lei nº 8.441/92 e pelas Medidas Provisórias nºs 340/2006 e 451/2008, as quais foram convertidas nas Leis nºs 11.482/2007 e 11.945/09, respectivamente. 2. Nos termos da Súmula 474, "a indenização do seguro **DPVAT**, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga na forma proporcional ao grau de invalidez." 3.No caso concreto, durante a perícia realizada por determinação judicial, os médicos peritos concluíram, de forma inequívoca, que o autor sofreu "dano anatômico ou funcional definitivo (sequelas)", consistente em uma "lesão facial", com alterações/disfunções de "diminuição do olfato e dificuldade de respiração aos esforços", correspondente a 50%, conforme se extrai facilmente da simples leitura do laudo colacionado aos autos principais, sobre o qual não houve qualquer impugnação ou sequer referência por parte da seguradora ré/apelante/agravante. 4.Chegando-se a conclusão de que o valor devido, a título de indenização, na hipótese, corresponde a R\$ 6.750,00, valor arbitrado pelo juízo de primeiro grau, nenhuma reforma, portanto, merece a sentença recorri-

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

aw

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

da. 5. Considerando que a agravante não conseguiu trazer aos autos, argumentos capazes de infirmar a decisão monocrática proferida por esta relatoria, baseada no laudo resultante da perícia médica realizada por determinação judicial, bem como devidamente fundamentada na legislação e jurisprudência pertinentes a matéria, concluo que o decum deve ser mantido por seus próprios fundamentos. 6. Recurso Regimental conhecido e desprovido. Decisão ratificada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 0036224-30.2012.8.06.0112/50000, em que figuram as partes indicadas, ACORDA a 8ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do presente recurso mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 02 de fevereiro de 2016. DES. FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO Presidente do Órgão Julgador DES. JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA Relator

Por oportuno, confira-se entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em Ementa ao Acórdão nº 35.165/2001, da Lavra do DD. Desembargador Militão V. Gomes, proferido nos autos da Apelação Cível nº 2034/2000 – Bacabal, publicado no DJ-MA em 11/07/01, *in litteris*:

**PROCESSO CIVIL – APELAÇÃO- AÇÃO SUMARIA – SEGURO OBRIGATORIO DE ACIDENTE AUTOMOBILISTICO – DPVAT – FALECIMENTO DO CÔNJUGE – PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE. INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA – DESNECESSIDADE DA PROVA DO RECOLHIMENTO DA TAXA CORRESPONDENTE, DADO A INEXIGÊNCIA DA LEI – PARA RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO É INDISPENSÁVEL A EXISTÊNCIA DO INQUERITO POLICIAL – A AÇÃO JUDICIAL INDEPENDE DE ANTERIOR PROCESSO ADMINISTRATIVO – PRECLUSÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO PELO JUIZ – A AUSÊNCIA DE RECURSO, POR PARTE DO APELADO, TORNA INADEQUADO SEU PEDIDO PARA REFORMAR A SENTENÇA – RECURSO IMPROVIDO.**

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345



Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

I – A prova do acidente e do dano decorrente para garantir o pagamento do seguro obrigatório é feito mediante a simples comprovação pelos documentos de registro de ocorrência no órgão policial competente, prova da qualidade de beneficiária e da certidão de óbito no caso de morte.”

Não obstante, consigne-se que entende a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cuja decisão foi proferida no Processo 0031945-48.2009.8.06.0001, Relatora Lisete de Sousa Gadelha, datado de 18/10/2015:

**Ementa:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VÍTIMA FATAL. BEM VEICULAR NÃO IDENTIFICADO. INDENIZAÇÃO FIXADA EM 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. PROVIDÊNCIA COMPATÍVEL COM A FINALIDADE SOCIAL DO SEGURO. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO (SÚMULA Nº. 426 DO STJ). ASPECTOS AMPLAMENTE ENFRENTADOS NO ACÓRDÃO ADVERSADO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DE COMPREENSÃO DO ART. 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO INCABÍVEL. NÍTIDO PROPÓSITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA. EMPREGO NECESSÁRIO DA SÚMULA Nº. 18 DESTES TRIBUNAL. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. Trata-se de Embargos de Declaração, oburgando Acórdão deste emérito Órgão Camerário, em que o recorrente aponta vício de contradição em seu teor, com o propósito de prequestionar todos os aspectos meritórios discutidos na demanda. 2. No comando judicial adversado, asseverei ser indiscutível que na data do sinistro (15.10.1989), vigia a redação originária do art. 7º, caput e § 1º, da Lei nº. 6.194/74, sem a alteração imposta pela Lei nº. 8.441/92, a qual revogou a disposição que limitava o teto do valor indenizatório a 20 (vinte) salários mínimos, desconsiderando o fato de o **veículo** causador ser ou não conhecido. 3. Na mesma ocasião, destaquei ser inconcebível que o referido seguro, que tem função indiscutivelmente social, possa conceder a quem dele mais necessita apenas metade da indenização na hipótese de **não identificação do veículo envolvido no evento danoso, uma vez que este aspecto é alheio aos elementos relevantes à formalização do contrato**, não existindo, por conseguinte, justificativa coerente que autorize a perseguida redução. 4. Lado ou-

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

aw

Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

tro, acerca dos juros moratórios, acolhi os argumentos do recorrente, porquanto em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por *veículos* automotores de via terrestre - **DPVAT**, o referido encargo é devido a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 5. Daí que, das razões expendidas nos embargos de declaração ora analisados, sobressai a nítida intenção de rediscutir questões já decididas, finalidade incompatível com esta estreita via recursal, a teor do que preceitua o Verbete Sumular nº. 18 deste egrégio Tribunal de Justiça. 6. Com efeito, inexistindo no Acórdão embargado quaisquer dos vícios consgnoscentes do art. 535 do Código de Ritos, a análise dos dispositivos mencionados com a finalidade de prequestionamento torna-se inviável, nos moldes do entendimento firmado pela colenda Corte Superior, com inteira aceitação por esta Casa de Justiça. 7. Embargos conhecidos e rejeitados. Acórdão mantido. **ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº. 0031945-48.2009.8.06.0001/50000, em que são partes as acima relacionadas, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em conhecer dos aclaratórios, mas para rejeitá-los, mantendo inalterada a decisão vergastada, nos termos do voto da eminente Relatora, parte integrante deste. Fortaleza, 19 de outubro de 2015. =

Portanto, o Promovente faz *jus* a ter seu seguro na forma prevista no art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

### DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, o Promovente requer que se digne Vossa Excelência em:

**1)** Determinar a **CITAÇÃO** da Promovida no endereço inicialmente declinado, para que compareça em audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser oportunamente designada e, querendo, apresente sua defesa, sob pena de revelia e de se presumirem verdadeiros os fatos articulados na presente ação;

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

aw



Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE Nº 32.315

2) conceder os benefícios da AJG, nos termos do NCPD, pois o requerente ser pessoa com insuficiência de recursos, conforme Declaração de Pobreza anexo;

3) Ao final, seja a Promovida condenada a pagar à importância a que alude o inciso I do art. 3º da lei 6.194/74; sendo acrescida de juros legais e correção monetária desde a citação, mais honorários de sucumbência à ordem de 20% sobre o valor da causa, ressalvado o acordo à vista da possibilidade de conciliação.

4) Em observância ao Princípio da Eventualidade em concomitância com o Princípio da Economia Processual, requer-se, *ALTERNATIVAMENTE*, que na hipótese de a demandada trazer aos autos em sua peça contestatória, a efetiva comprovação do pagamento administrativo do seguro em tela, seja esta condenada ao pagamento da diferença, porventura apurada, entre o que efetivamente foi pago e o que deveria tê-lo sido feito, nos moldes da Lei 6.194/74, acrescida de juros de mora desde quando se tornou devida a respectiva diferença e correção monetária nos termos da lei.

Protesta-se por prova o alegado com o uso de todos os meios em direito admitidos, querendo o depoimento pessoal da Ré, sob pena de confissão, provas documentais na ocasião da audiência de instrução e julgamento, por assim ser medida de direito e inteira Justiça.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos.

Pede e espera deferimento.

Caucaia/CE, 30 de junho de 2017.

  
Maria de Fátima Carneiro Monteiro  
Advogada - OAB/CE nº 32.315

Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03  
Centro - Caucaia/CE - CEP: 61.605-085  
Email: [fatimacarneiro.adv@gmail.com](mailto:fatimacarneiro.adv@gmail.com)  
Fones: (85) 98787 3824 / (85) 9784 0345

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:** JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS, MENOR IMPÚBERE, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA MAE MARILENE DUARTE DO NASCIMENTO, BRASILEIRA, RG: 2008032008512 SSP/DF, E CPF: 052.682.603 - 75, AMBOS RESIDENTES E DOMICILIADOS NA RUA PEDRO DO PINDOBA, 10 - JAPUARA, CAUCAIA/CE, CEP: 61600 000

**OUTORGADA:** **MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO MONTEIRO**, brasileira, viúva, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil/CE sob o n.º 32.315, Seção Ceará, com escritório profissional localizado na Rua José da Rocha Sales, nº 34, sala 03, bairro Centro - Caucaia/CE.

**PODERES:** por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/15).

Caucaia (CE), 16, de DEZEMBRO de 2016

Marlene Duarte do Nascimento  
OUTORGANTE

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA**

JOÃO KRISMAN DA SILVA MARTINS, MENOR IMPÚBERE, NESTE  
ATO REPRESENTADO POR SUA MÃE,  
MARILENE DUARTE DO NASCIMENTO, brasileiro,

RG: 2008012008512, CPF: 052.682.603-75, residentes e domiciliados na  
RUA POVOADO PINDOBAS, 10 - JAPUARA, CAUCAIA/CE,  
CEP: 61600 000

**DECLARA**, sob as penas da lei, que não possui meios para custear as despesas processuais e, nesse sentido, pleiteia o benefício da gratuidade de justiça, amparado no disposto na Lei 1.060/50.

Caucaia - CE, 16 de DEZEMBRO de 2016.

Marlene Duarte do Nascimento  
**Declarante**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO CEARÁ - COMARCA DE CAUCAIA



# **CARTÓRIO BRITO RAMOS** **1º Ofício**

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS - TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Rua Cel. Correia, 1583 - Fone/Fax: (85) 3342.3599  
Caucaia - CE

Belª Ângela Maria de Brito Ramos  
TABELIÃ

Dra. Virgínia Lúcia Ramos Soares  
SUBSTITUTA

## **CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

A Bacharela *Ângela Maria de Brito Ramos*, Oficiala do Registro Civil da Cidade de Caucaia, Comarca do mesmo nome do Estado do Ceará, etc.

CERTIFICA que às folhas Nº 100v, do Livro Nº A-065, de Registro de Nascimento, sob o numero de ordem 066.077, consta o assento de **JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**, nascido aos trinta (30) de abril (04) de dois mil (2000), às 07 horas e 45 minutos, em Caucaia-Ceará, de sexo masculino, filho de Reginaldo Ferreira Martins e de Marlene de Sousa da Silva, sendo avós paternos Raimundo Gadelha Martins e Maria Ferreira Martins e avós maternos Raimundo Moreira da Silva e Carminha de Sousa da Silva. E o que contém o referido assento de nascimento que esta assinado pela Oficiala, tendo os pais do registrado como declarantes. Observações Registro feito aos 11 de maio de 2001.

O referido é verdade e dou fe.

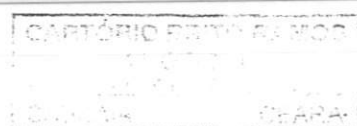


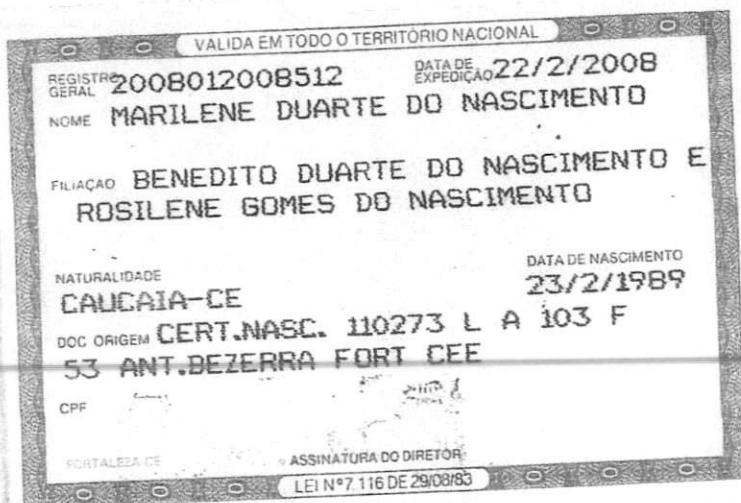
Caucaia, 16 de outubro de 2008

*Virgínia Lúcia Ramos Soares*

Dra. Virgínia Lúcia Ramos Soares  
Escritora Substituta

**VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE**





2100001-8

Rua Padre Vitoriano, 150 - CEP 40135-040 - Fortaleza - CE

Rua Padre Vitoriano, 150 - CEP 40135-040 - Fortaleza - CE

CNPJ 07.047.251/0001-70 - IGF 06.105.845-3

Ata de Sessão de Energia - Sistema foi criado pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

fls. 16

## CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B - SÉRIE B-4 IN

Rota 20 22006 02 077600 - 6 Data de Emissão 27/01/2014  
 Nome MARLENE DE SOUSA DA SILVA  
 End. Postal PV PINDOBAS 00010  
 JAPUARA - CAUCAIA - 61600000  
 Medidor 9019134 Poste 0000 0000  
 Classe 04-RURAL MONOFASICO Fator de Potência 0,00  
 RG / CPF / CNPJ 760017843-53 CGF  
 Nome do Responsável

## DATAS

Mês de Referência Jan/2014  
 Data da Apresentação 27/01/2014  
 Previsão Próx. Leitura 26/02/2014

## INDICADORES DE CONTINUIDADE

Conjunto CAUCAIA  
 Mês Nov/2013 EUSD 16,51  
 Padrão Mensal 8,0612  
 Mensal Trim. Anual Mensal Trim. Anual  
 DIC 11,16 22,83 44,07 0,00 0,00 0,00  
 FIC 7,89 15,54 31,28 0,00 0,00 0,00  
 DMIC 6,06 0,00 0,00

## ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto  
 ISENTO

## ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

F321.7CA5.7AB2.DEEC.C144.D96D.494E.BE0A

## INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo (kWh)	Cons. Incl.	Cons. Fat.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
16196	16030	1,00	166	0,00	166	0,20388	33,83
27/01/14	27/12/13		31 Dias		166		33,83

## DESCRIÇÃO

## VALOR (R\$)

VALOR CONSUMO DO MES 33,83  
 MULTA MORATORIA REF 12/2013 0,73  
 JUROS DO MES 0,35

VENCIMENTO 04/02/2014

TOTAL A PAGAR (R\$)

34,91

## COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia ..... 20,58  
 Transmissão ..... 1,12  
 Distribuição ..... 5,38  
 Encargos Setoriais ..... 2,18  
 Tributos (ICMS PIS/COFINS) ... 0,57  
 TOTAL ..... 33,83

## HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)

162	166	177	156	172	150	152	135	164	192	173	158	156
Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov

## importante

## CONTAS EM ATRASO

## REAVISO DE VENCIMENTO:

Informamos existir débito vencido sem acréscimos legais até esta data, no valor de R\$ 37,70. Conforme art. 172 da Res. Anel 414/10, poderia ser suspenso o fornecimento de energia elétrica após decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o débito tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso. Após 2 ciclos completos de faturamento, sem fornecimento, será encerrada a relação contratual.

## DEBITOS ANTERIORES

Mes/Ano 12/2013  
 Valor R\$ 37,70

Consta desta fatura R\$ 0,57 referente a PIS e COFINS.

(Art. 9 Res. 100/2005 - ANEEL e Lei n. 10.637/02 e 10.833/03)

A partir de 2014 vigorará o sistema de Bandeiras Tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras Amarela e Vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. No mês de Jan/2014 vigorará a bandeira AMARELA, a qual implicará R\$ 0,015/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de impostos. Mais informações em [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

Nº do Cliente: 2100001-8 Referência: Jan/2014  
 Data de Emissão: 27/01/2014 Total A Pagar (R\$): 34,91  
 Nº da Nota Fiscal: 331070785 Nº de Controle: 0002100001 00167 39282 58

8369000000-8 34910031000-3 00021000010-5 01673928258-6





RECEBEMOS DE E. CHASTINET BRAGA - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NF-e FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e

fls. 17

Nº 000.011.356  
Série 1

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

E. CHASTINET BRAGA - ME

RUA PADRE CICERO Nº 021 - BENFICA -  
FORTALEZA-CE  
CEP 60020-355  
FONE (85)30328040DANFE  
Documento Auxiliar da  
Nota Fiscal Eletrônica  
0-ENTRADA 1  
1-SAÍDA  
Nº 000.011.356  
SÉRIE 1  
FOLHA 1/1

CHAVE DE ACESSO

2312 0907 2552 8940 0210 5400 1000 0113 5615 3103 4390

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

123120034867069 13/09/2012 15:24:30

NATUREZA OPERAÇÃO

VEND. VEIC. NOVOD/E

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
064164071

DSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

07.255.289/0002-10

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

GEANE DOS SANTOS MARTINS

CNPJ/CPF

057.365.963-00

DATA DA EMISSÃO

13/09/2012

ENDEREÇO

PV PINDOBAS 000

BARRIO/DISTRITO

JAPUARA

CEP

61600-000

MUNICÍPIO

CAUCAIA

FONE/FAX

(85)83461197

UF

CE

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ISENTO

HORA DA SAÍDA / ENTRADA

FATURA/DUPLICATAS

PAGAMENTO A PRAZO

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

0,00

VALOR DO ICMS

0,00

BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

4.651,60

VALOR DO FRETE

0,00

VALOR DO SEGURO

0,00

DESCONTO

0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

0,00

VALOR DO IPI

0,00

VALOR TOTAL DA NOTA

4.651,60

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA

DEMITENTE

CÓDIGO ANTI

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPECIE

MARCA

NOME/RAZÃO SOCIAL

PESO BRUTO

0,000

PESO LÍQUIDO

0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NOME	CPF	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	V. DESC.	V. TOTAL	BC ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALIQ. ICMS	ALIQ. IPI
LHJXCBLD ICB306925	JOHNNY HYPE 50 Veículo: NOVO Marca: BASHAN JOHNNY Tipo: CICLOMOTO Modelo: JOHNNY HYPE 50 Comb.: GASOLINA Ano Fab.: 2011 Ano Mod.: 2012 Chassi: LHJXCBLD ICB306925 Motor: 139FMB12A 61818.50cc 2.7 Hp Cor: LARANJA Renavam: 123456 NF Original: 2488 Especie: PASSAGEIROS Passageiros: 2	87111000	060	5003	UN	1,00	4.651,6000	0,00	4.651,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PEDIDO: VN-3666 PRE-VENDA: 4770 VENDEDOR: ALEXANDRE FORMIGA PGTO: CONSORCIO REFINO C/ ALIENACAO  
DECLARAMOS PARA FINS DE LICENCIAMENTO E/OU CERTIFICADO DE PROPRIEDADE QUE O VEICULO ACIMA FOI  
VENDIDO COM ALIENACAO FIDUCIARIA A RECON. ADM. DE CONSORCIO LTDA.

RESERVADO AO FISCO

CONFERIDO E ENTREGUE

19/09/12

Geane dos Santos Martins

HORA DA IMPRESSÃO: 13/09/2012 18:35

Controlado por SIG-SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO DA SILVA TADDEO, liberado nos autos em 10/05/2018 às 06:36. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0061432-87.2017.8.06.0064 e código 362DA3C.

870

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

NOME 35002307070 -2av DATA DE EXPEDIÇÃO 3/3/2006

MARLENE DE SOUSA DA SILVA

FILIAÇÃO RAIMUNDO MOREIRA DA SILVA E CARMINHA DE SOUSA DA SILVA

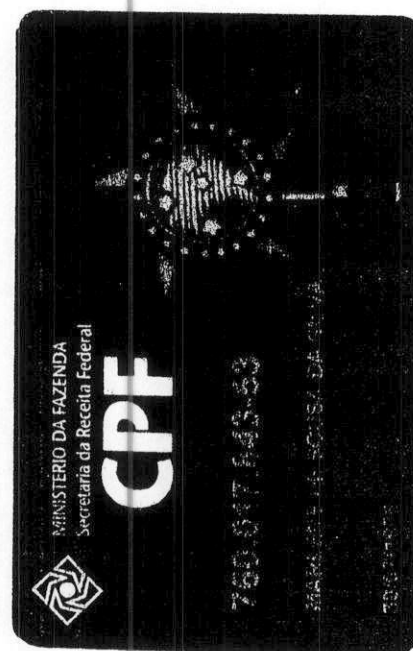
NATURALIDADE CAUCAIA-CE DATA DE NASCIMENTO 30/7/1975

CERT.NASC. 2468 L A03 F

197V CAUCAIA/CE

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.116 DE 06/08/03





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA METROPOLITANA DE CAUCAIA

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 201 - 1246 / 2014**

*Dados da Ocorrência*

Natureza do Fato: **ACIDENTES - OUTROS**  
Data / Hora da Comunicação: **12/02/2014 09:39:54**  
Data / Hora da Ocorrência : **29/12/2013 14:00:00**  
Endereço da Ocorrência: **POVOADO DE PINDOBAS**  
**JAPUARA CAUCAIA /CE**  
Ponto de Referência: **SITIO SANTA EDWIRGENS**



*Dados da(s) Vítima(s)*

Nome: **JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**  
Nascimento : **30/04/2000**  
RG: Órgão Emissor: UF: - CPF:  
Filiação: **REGINALDO FERREIRA MARTINS**  
**MARLENE DE SOUSA DA SILVA**  
Endereço: **R POVOADO PINDOBAS**  
**JAPUARA**  
**CAUCAIA CE BRASIL**

Telefone: **85880939**

*Histórico*

DISSE A NOTICIANTE QUE SEU FILHO JOAO KLISMAM DA SILVA MARTINS DE 14 ANOS DE IDADE FOI VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO QUANDO CONDUZIA O VEÍCULO CINQUENTINHA DE SUA PRIMA GEANE DOS SANTOS MARTINS MARCA JONNY HYTE 50,COR LARANJA, ANO 2011/2012, CHASSI LHXCBLDICB306925,MOTOR 139FMB12A01818 50CC, RENAVAL-123456. ; QUE A VÍTIMA FOI ATINGIDO NA TRASEIRA POR OUTRO VEÍCULO AUTOMOTOR NÃO IDENTIFICADO; QUE A VÍTIMA COM O IMPACTO FICOU DESACORDADA, EM FUNÇÃO DISSO NÃO CONSEGUIU ANOTAR MAIORES DETALHES COM RELAÇÃO AO VEÍCULO GERADOR DO ACIDENTE CONFORME ENFATIZOU A VÍTIMA: QUE A VÍTIMA FOI SOCORRIDA POR POPULARES LEVADO PARA HOSPITAL MUNICIPAL DE CAUCAIA ONDE FOI CONSTATADO UMA FRATURA NO RÁDIO DIREITO(PUNHO DIREITO) SENDO SUBMETIDO A UMA CIRURGIA; E NADA MAIS ACRESCENTOU.

*Noticiante(s)*

Nome : **MARLENE DE SOUSA DA SILVA**  
Endereço : **R POVOADO PINDOBAS 10**  
Bairro : **JAPUARA**  
Município/UF : **CAUCAIA CE BRASIL**

Telefone:

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, LEANDRO DA SILVA, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na PV PINHEIRAS 10 10 Cidade ESC. GUA Estado CEARA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Leandro da Silva

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

CAUCAIA 27 Fevereiro de 2014

Local e data

RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

ATENÇÃO: A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatório a sua apresentação.

NOME COMPLETO DA VÍTIMA:

JOÃO KLISMAN DA SILVA MARTINS

Nº. DO SINISTRO:

DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME COMPLETO E CRM DO MÉDICO:

Dr. Frisberg Nogueira Duarte  
CRM 9944

LESIONES RESULTANTES DO ACIDENTE:

VÍTIMA DE COLISÃO CARRO X MOTO  
CCA CAIU DO LADO DO MOTO  
APRESENTA FORTES DORES DIREITAS  
CI LIMPAS E MOVIMENTOS, DOR,  
EDEMA.

AFFIRMO QUE AVALIEI (X) A VÍTIMA 5526 5529 E QUE AS RESPOSTAS ACIMA SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.

Código de Autenticação

CARUARU - U

MUNICÍPIO

08, 08, 14

DATA

Dr. Frisberg Nogueira Duarte  
CRM 9944

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

CARUARU - U

MUNICÍPIO

08, 08, 14

DATA

Leandro da Silva  
ASSINATURA DA VÍTIMA





Seguradora Líder - DPVAT

## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, MARLENE DE SOUSA DA SILVA  
 PORTADOR(A) DO RG Nº 45002307070 EXPEDIDO POR SSP - CE EM 3/3/2014  
 CPF 76001734353 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO \_\_\_\_\_  
 E RENDA MENSAL DE R\$ 2600,00 (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA JUAC KLISMAY DA SILVA MACIEL AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.



Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)  
 BANCO \_\_\_\_\_ AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO  
 BANCO 237 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL  
 BANCO 001 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ  
 BANCO 341 • AGÊNCIA \_\_\_\_\_ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA \_\_\_\_\_
- ☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
 BANCO 104 • AGÊNCIA 1089 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 00036506-8

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL

CAUCAIA

DATA

27/02/2014ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A) marlene de souza da silva

## ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



## RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

ATENÇÃO: A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatório a sua apresentação.

NOME COMPLETO DA VÍTIMA:

Nº. DO SINISTRO:

JOAO KLISMAM DA SILVA MARTINS

## DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE: 29/12/2013

DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 29/12/2013

NOME COMPLETO E CRM DO MÉDICO:

LESIONES RESULTANTES DO ACIDENTE:

fratura radiou distal direita

DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS / DATAS:

Clínico ( ) Cirúrgico ☒ Plástica reparadora ( ) Neurológico ( ) Neurocirúrgico ( ) Buco-maxilo-facial ( )Fixação externa ☒ Osteossíntese ( ) Fixação Maxilo-mandibular ( ) Conservador ( )

Complementar com: ( ) Aparelho gessado ( ) Tala gessada ( ) Colete tensor tipo B ( ) Colete tensor torácico ( )

Imobilização: tlpóla ☒ Imobilização por Aladura ☒ Imobilização no Leito ( ) Fisioterapia: SIM ( ) NÃO ☒EXISTE ALGUM DEFETO FÍSICO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? NÃO ( ) SIM ( )  
CASO POSITIVO, DESCREVER:

COM RELAÇÃO A INVALIDEZ, PODE-SE CONCLUIR QUE:

( ) A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO.

( ) A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.

## GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL

(Especificar o segmento ou órgão atingido). O grau de incapacidade está quantificado conforme o grau de comprometimento físico e funcional do segmento ou órgão comprometido, e descrito detalhadamente. no verso

1º

2º

3º

4º

5º

AFIRMO QUE AVALIEI ☒ A VÍTIMA ( ) E QUE AS RESPOSTAS ACIMA SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.

Código de Autenticação

MUNICÍPIO

DATA

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

MUNICÍPIO

DATA

ASSINATURA DA VÍTIMA

Áreas ou Regiões comprometidas	Cicatrizes	Deformidade	Retrações	Desalinhamento	Edema	Flacidez	Hipotrofia	Atrofia	Lesão Neural	Hipersensível ou Dormência	Deficit força de 0 a 4	Deficit Funcional
<i>Peroneo</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>

Quadros demonstrativos das reduções / bloqueios em graus de amplitude articular de cada articulação acometida a partir da posição anômica:

Articulação Comprometida	Flexão	Extensão	Lateraldade	Abdução	Adução	Elevação	Rotação	Suinação	Pronação	Anquilose
<i>Peroneo</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>	<i>---</i>

Quilodactilo	Articulações Metacarpo-falangeanas	Articulações Inter-falângicas			Falanges			Pododactilo	Articulações Metatarso-falangeanas	Articulações Inter-falângicas			Falanges		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º			1º	2º	3º	1º	2º	3º
1º			<i>---</i>			<i>---</i>		1º		<i>---</i>		<i>---</i>		<i>---</i>	
2º								2º							
3º								3º							
4º								4º							
5º								5º							

Encurtamento da M.M.II: D ( ) E ( ) Escometria: \_\_\_\_\_ cm; Outra Avaliação: \_\_\_\_\_ cm; Necessita de Órtese? \_\_\_\_\_

Avaliação da deambulação: Claudicante ( ) Antálgica ( ) Intermitente ( ) Exacerba aos esforços físicos ( ) Pendular ( ) Instável ( )

Dependente de muleta ou bastão ( ) Dependente de cadeira de rodas ( )

TCE: Atual comprometimento funcional neurológico em relação as alterações sensoriais, fisiológicas, motoras, cognitivas e psicológicas, após o acidente:

Perda de consciência	Convulsão / Epilepsia	Cefaleia	Fotofobia	Lapsos / Esquecimentos	Dificuldade de Concentração / Distração
Qas em coma	Incoordenação motora	Neuregia	Diplopia	Instabilidade / Agressividade	Intermitências de Alterações Cognitivas
Convulsão na intubação	Paralisia	Hiperestesia	Embaçamento visual	Inquietação / Agitação	Desorientação Auto-psíquica
Qas de anticonvulsivante	Hemiplegia	Dormência	Alterações Olfativas	Depressão Pós-trauma	Desorientação Alo-psíquica
Intem-se em Coma	Paraplegia	Insônia	Alterações Gustativas	Tonturas	
	Disartria/Distonia/Afonia	Sonolência	Ciaocusia / Acúfenos	Instabilidade Postural/Dismena	AVD no laro Dependente de cuidador

Cuidade Visual: Perda total ( ) Paria Parcial ( ) Exame Oftalmológico ( ) Função Auditiva: Perda total ( ) Perda Parcial ( ) Exame Audiométrico ( )

566

...decreta observadas no exame pericial, detalhes físicos anatômicos e funcionais: Quadro demonstrativo de evidências de seqüelas.

Áreas ou Regiões comprometidas	Cicatrizes	Deformidade	Rebrações	Desalinhamento	Edema	Flacidez	Hipotrofia	Atrofia	Lesão Neural	Hipersensível ou Dormência	Déficit força de 0 a 4	Déficit Funcional
<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>								<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>

Quadros demonstrativos das reduções / bloqueios em graus de amplitude articular de cada articulação acometida a partir da posição anômica:

Articulação Comprometida	Flexão	Extensão	Laterallidade	Abdução	Adução	Elevação	Rotação	Supinação	Pronação	Anquilose
<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>	<i>[assinatura]</i>

Quirodáctilo	Articulações Metacarpo-falangeanas	Articulações Inter-falângicas		Falanges			Pododáctilo	Articulações Metatarso-falangeanas	Articulações Inter-falângicas		Falanges		
		1º	2º	1º	2º	3º			1º	2º	1º	2º	3º
1º			<i>[assinatura]</i>			<i>[assinatura]</i>	1º			<i>[assinatura]</i>			<i>[assinatura]</i>
2º							2º						
3º							3º						
4º							4º						
5º							5º						

Encurtamento da MR III: D ( ) E ( ) Escometria: \_\_\_\_\_ cm; Outra Avaliação: \_\_\_\_\_ cm; Necessita de Órtese? \_\_\_\_\_

Avaliação da deambulação: Claudicante ( ) Antálgica ( ) Intermitente ( ) Exacerba aos esforços físicos ( ) Pendular ( ) Instável ( )

Dependente de muleta ou bastão ( ) Dependente de cadeira de rodas ( )

TCE: Atual comprometimento funcional neurológico em relação as alterações sensoriais, fisiológicas, motoras, cognitivas e psicológicas, após o acidente:

Perda de consciência	Convulsão / Epilepsia	Cefaleia	Fotofobia	Lapsos / Esquecimentos	Dificuldade de Concentração / Dispersão
As em coma	Incoordenação motora	Neuralgia	Diplopia	Instabilidade / Agressividade	Intermitências de Alterações Cognitivas
Convulsão na Intemperança	Paralisia	Hiperestesia	Embaçamento visual	Inquietação / Agitação	Desorientação Auto-psíquica
do de artoconvulsivaria	Hemiplegia	Dormência	Alterações Olfativas	Depressão Pós-trauma	Desorientação Alo-psíquica
entem-se em Coma	Paraplegia	Insônia	Alterações Gustativas	Tonturas	
	Disartria/Disfonia/Afonia	Sonolência	Disacusia / Acúfenos	Instabilidade Postural/Dismetria	AVD no lar Dependente de cuidador

Visão Visual: Perda total ( ) Perda Parcial ( ) Exame Oftalmológico ( ) Função Auditiva: Perda total ( ) Perda Parcial ( ) Exame Audiométrico ( )



SUS

Sistema Único de Saúde  
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

56

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE ADELIA DA ROCHA

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE: Sr. Kleina da Silva Martin

6 - Nº DO PRONTUÁRIO: 17-283

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO: 30/04/2000

9 - SEXO: Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

MARLENE DE SOUZA DA SILVA

11 - TELEFONE DE CONTATO

8715767312

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

RUA. POVOADO PINDUBAS S/N GARROTE - JAPUARA

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

CAVALIA

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO: 23-03-70

15 - UF

16 - CEP

61400000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

♂, 13a, vítima de acidente de moto  
há 2h c/ fratura do rádio distal D.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade Cirúrgica

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Radiografia + Exame físico + Radiologia

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fr. rádio distal D

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Abertura do rádio

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

0408020900

26 - CLÍNICA

TO

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

Urgência

28 - DOCUMENTO

( ) CNS (X) CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

00599603381

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Luiz P. Souza

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

22/12/13

32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Luiz P. Souza

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBO

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

( ) CNS (X) CPF

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

00599603381

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Luiz P. Souza



GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE REDE HOSPITALAR  
REGISTRO HOSPITALAR

fls. 27

Nº 17.283

Nome: <u>João Almeida da Silva Henriques</u>					
Data de Nascimento: <u>30/04/2000</u>	Idade: <u>13</u>	Cor: <u></u>	Sexo: <u>M</u>	Estado Civil: <u>MEUJO</u>	Natural: <u>CAUCAIA - CE</u>
Nº da Identidade: <u>-</u>		Nº CPF: <u>-</u>		Cert. Nascimento Nº: <u>-</u>	
Pais: <u>REGINALDO FERREIRA MARTINS E MARLENE DE SOUSA DA SILVA</u>					
Endereço Paciente (Rua, Av. Prox): <u>POVUADO PINDOBA</u> Nº <u>512</u>					
Bairro: <u>GAROTE / TAPUARA</u>		Município: <u>CAUCAIA</u>		Fone: <u>87576737</u>	
Responsável: <u>A MÃE</u>				Fone: <u>8538-0939</u>	
Endereço do Responsável: <u>O MEUJO</u>					
Data e hora de Admissão: <u>29/12/13 16:21</u>			Funcionário: <u>Gracina Ruiz</u>		
Médico Assistente: <u></u>					
Histórico Clínico: <u>8, 15m, vítima de acidente de</u> <u>trânsito de 24h e fratura do osso dental D</u> <u>9/ alt neurovasculares</u>					
Exame Físico: <u>Est. Inter. em estado de choque</u>					
Diagnóstico Provável: <u></u>					
Exames Complementares: <u></u>					
Diagnóstico Definitivo: <u></u>					

Assinatura

57  
280



**GOVERO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**COORDENAÇÃO DE REDE HOSPITALAR**

**DESCRIÇÃO CIRÚRGICA**

Nome: <u>JOÃO KLISSMA DA SILVA MARTINS</u>			Nº Reg. <u>17.283</u>
Data da Cirurgia <u>30/12/13</u>	Enf.	Leito	
Cirurgião <u>Bruno Barros</u>	1º Auxiliar		
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesista <u>Walter</u>	Tipo Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <u>Fusões de umso Hsra Din.</u>			
Tipo de Operação <u>Trans. Cirúrgico de fusões de Anteriores</u>			
Diagnóstico Pós-Operatório <u>O mesmo</u>			
Relatório Imediato do Patologista <input checked="" type="checkbox"/>			
Exame Radiológico no Ato <u>Sim</u>			
Acidente durante a Operação <u>Não</u>			

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

Via de Acesso - Tático e Téc. Ligaduras Drenagem - Sutura  
Material Empregado - Aspecto - Viscerês

Desenho da Sra  
Assessoria + Anestesiologia  
Tusga + Condut tusga  
Unsoos de Hsra  
Estabilização com AOS K  
Leptomastis + Walter  
Condut Estom  
Tusga Gsra

*[Handwritten signature]*





Nome: JOÃO KLISMA DE SILVA MARTINS Nº PRONTUÁRIO 17.283

[illegible]



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
SECRETARIA DE SAÚDE

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto que o(a) Segurado(a) João Kismun da Silva Moutins

portador(a) da Carteira Profissional Nº \_\_\_\_\_

necessita de 15 ( quinze ) dias de afastamento  
POR EXTENSO

CID S52.5

do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença.

**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARIANNO GADIELHA DA ROCHA**

HOSPITAL OU AMBULATÓRIO

Caucaia 29/01/14

LOCALIDADE E DATA

ASSINATURA DO MÉDICO - CRM Nº \_\_\_\_\_

NOTA: Este atestado é válido para as finalidades previstas no Art. 86 da RGPS.  
Aprovado pelo Decreto Nº 60.501, de 14/03/67 e será expedido para justificativa  
de 1 a 15 dias de afastamento do trabalho.



**GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA**  
Secretaria de Saúde

**Receituário**

João Kismun dos Silva Martins

Suicida.

2. Fisioterapia - do Sessenta

JUST.

Revisões são boas, fusturas do

pequeno.

→ Aus. Gessis

→ ADM.

GOVERNO MUNICIPAL DE CAUCAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HOSPITAL MUNICIPAL DR. BELARDO G. DELHA DA ROCHA

29/01/14

Nº 176

**Alimente sua saúde**

Coma mais frutas, legumes e verduras



## Receituário

João Kiusura do S. Ursutinos

40

do outo

(1) 12/12/14

Toma de 12/12/14

se tiver dor.

Atenção de 29/01/14 - 12hs.

Para notificar os Rios

Rio X do Rio no Rio

NÃO NECESSITA TERUM.

30/01/14

Rua Napoleão

Bonaparte Viana

36

Caucaia

CF

Parque Sniedaria

Nº 176

13/01/14

**Alimente sua saúde**

Coma mais frutas, legumes e verduras

# Declaração

Eu, Jose Aldemir Silva Oliveira, natural de Caucaia, data de nascimento 24/07/1979,  
 filho(a) de Flavio Silva de Oliveira e de Maria Lúcia da Silva Oliveira,  
 residente na Japuas, nº 76, bairro PV-Pindobas,  
 cidade Caucaia, portador(a) do RG nº 97024050957 e do C.P.F. nº 021.782.283-56,  
 DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, que em data de 29/12/13, por  
 volta de 14:00 horas, na LEDONDEZA DO POUCADO DE PINDOBAS, prestei socorro a  
 pessoa de José Kismar da Silva Martins, RG nº MENOR e  
 C.P.F. nº MENOR, que havia sido vítima em acidente de trânsito, quando  
 QUANDO CONDUZIA UMA CINETINHA FOI PERCUSSA  
 POR UM VEICULO NÃO IDENTIFICADO QUE SE ENCONTRA  
 LEVANDO AO HOSPITAL MUNICIPAL ONDE FOI  
 CONSTATADO UMA FRATURA NO SEU PUNHO DIREITO  
 E FOI SUBMETIDO A UMA CIRURGIA.

conforme a informação prestada pela própria Vítima.

Caucaia-CE, de Fevereiro de 2014.

José Aldemir Silva de Oliveira  
 DECLARANTE



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, MARLENE DE SOUSA DA SILVARG nº 950240070, data de expedição 3/3/06, Órgão SSP-CE,

CPF nº 7601170353 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	POUCADO PINDEBAS
Número	Nº 10
Apto / Complemento	
Bairro	JAPUARA
Cidade	CAUCAIA
Estado	CEARA
CEP	61 600 000
Telefone de Contato	85 22 29 39
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: CAUCAIA de fevereiro de 2014Assinatura do Declarante: Marlene de Sousa da Silva



1ª VARACÍVEL  
CAUCAIA/CEFL. 

ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE CAUCAIA  
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL

Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú, CEP. 61600-272  
e-mail: [caucaia.1civel@tjce.jus.br](mailto:caucaia.1civel@tjce.jus.br) - Telefone: (85) 3368-8989

**TOMBO**

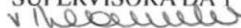
Registrei e autuei a presente ação sob o nº 61439-87-17,  
nesta Secretaria da 1ª Vara Cível, no livro próprio.

O referido é verdade. Dou fé.

Caucaia, CE, 11/07/17.

DEBORA RODRIGUES NOGUEIRA MEIRA BARBOSA

SUPERVISORA DA 1ª VARA CIVEL




**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao (à)  
MM(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível.

Caucaia, CE, 11/07/17.

DEBORA RODRIGUES NOGUEIRA MEIRA BARBOSA

SUPERVISORA DA 1ª VARA CIVEL



36  
Pereira

**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA**  
Rua 15 de Outubro, s/n, Novo Pabussú, CEP. 61600-000  
e-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.br  
Telefone (85)3368-8989

AÇÃO DE COBRANÇA (DPVAT)  
AUTOS PROCESSUAIS Nº: 61432-87.2017.8.06.0064/0

Defiro a assistência judiciária gratuita, até prova em contrário requestada.


Encontrando-se em termos a exordial e considerando que a promovida raramente apresenta proposta de composição civil antes da realização de prova técnica, abstenho-me de designar a audiência de conciliação de que trata o artigo 334 do novo Código de Processo Civil, com espeque nos princípios da celeridade e da efetividade processuais.

Destarte, cite-se o(a) promovido(a) para que ofereça contestação no prazo de quinze dias, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, consoante o rito comum estabelecido no artigo 335 e seguintes do aludido dispositivo legal.

Na hipótese do artigo 351 do novo Código de Processo Civil, intime-se para a réplica.

Expedientes necessários.

Caucaia, CE, 08 de agosto de 2017.

  
Maria Valdileny Sombra Franklin - JUÍZA DE DIREITO TITULAR.

**CERTIDÃO DE REMESSA**

Certifico que remeti por via postal o(a)(s) ( ) OFÍCIO/

/ ) CP / (X) CARTA, conforme cópia adiante.

,aucaia/CE, 18 de 12 de 17.DMCDiretor(a) de ~~Secretaria~~





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.brCaucaia

## CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0061432-87.2017.8.06.0064  
 Classe: Procedimento Comum  
 Assunto: Pagamento  
 Requerente: Marilene de Sousa da Silva  
 Requerido: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A

Senhor (a) representante legal da **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**. A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação da **Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin**, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria de todo o conteúdo da petição, cuja cópia segue anexa, como parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertido (a) de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **quinze dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s).

Caucaia, 15 de dezembro de 2017.

**Débora Rodrigues Nogueira Meira Barbosa**  
**Supervisor(a) Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

Senhor(a). Representante legal da  
 Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A  
 RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, N/I, CENTRO  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20031-205

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

<sup>2</sup> Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

**JUNTADA**

Aos 08 / 02 / 18, faço juntada

do(a) AR com carta

Naiana Alencar  
Funcionário(a)

ACCaucaia  
0061432-87.2017.8.06.0064-0001

9912254046-DR/CE



**CORREIOS**

**AR** AVISO DE  
RECEBIMENTO

**MP**

**DESTINATÁRIO**

Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro  
Dpvt S/A  
RUA SENADOR DANTAS,74, 5º ANDAR, N/I,  
CENTRO  
20031-205, Rio De Janeiro, RJ

**DESTINATÁRIO**

Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A  
RUA SENADOR DANTAS,74, 5º ANDAR, N/I, CENTRO  
20031-205, Rio De Janeiro, RJ

AR793045377TZ



**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Secretaria da 1ª Vara Cível  
Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu  
61600-272, Caucaia, CE

**AO REMETENTE**

**CARTA**

9912254046-DR/CE  
TJ/CE

17 JAN 2018

**REMETENTE**

Secretaria da 1ª Vara Cível  
Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu  
61600-272, Caucaia, CE

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª / / : h  
2ª / / : h  
3ª / / : h

**ATENÇÃO**

Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

DECLARACAO DE CONTEÚDO (OPCIONAL)  
0061432-87.2017.8.06.0064-0001

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

- |  |  |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Mudou-se   | <input type="checkbox"/> Recusado      |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número   | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido          | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Outros                |  |

**RUBRICA E MATRÍCULA DC**

**EDMAR**  
**8.318.087-2**  
**CDD 1º MARÇO**

DATA ENTREGA

Nº DOC. DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

JJ793045377BR





PODER JUI

TA DE CAUCAIA

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.brCaucaia

39  
M

## CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: 0061432-87.2017.8.06.0064  
 Classe: Procedimento Comum  
 Assunto: Pagamento  
 Requerente: Marilene de Sousa da Silva  
 Requerido: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A

Senhor (a) representante legal da **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**. A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação da **Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin**, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria de todo o conteúdo da petição, cuja cópia segue anexa, como parte integrante desta carta, para compor a lide e contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertido (a) de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **quinze dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s).

Caucaia, 15 de dezembro de 2017.

**Débora Rodrigues Nogueira Meira Barbosa**  
**Supervisor(a) Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

Senhor(a). Representante legal da  
 Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A  
 RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, N/I, CENTRO  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20031-205

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

<sup>2</sup> Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

## CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 61432-87-2017  
com tramitação pela 1ª var. civil  
foi auditado pelo sistema Digitalização do FCB, tendo  
sido as peças do processo processual conferidas,  
digitalizadas e convertidas encerrando-se, nesta data, a  
sua tramitação física, cuja última peça possui a  
numeração 39, estando a tramitar  
eletronicamente, no SAJ. O referido é verdade. Dou fé.  
Fortaleza, 20 de 04 de 18  
Servidor/matricula: gula





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Quinze de Outubro, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0061432-87.2017.8.06.0064**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Pagamento**  
 Requerente: **Marilene de Sousa da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**

Recebi os autos no hodierno.

Acerca da(s) informação(ões) de fl(s). 41, manifeste(m)-se o(a)(s) promovente(s), no prazo de 10 (dez) dias.

Expedientes necessários.

Caucaia, 10 de outubro de 2018.

**Maria Valdileny Sombra Franklin**  
**Juíza de Direito**

Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 2038/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Maria de Fatima Carneiro Monteiro (OAB 32315/CE)	D.J

Teor do ato: "Acerca da(s) informação(ões) de fl(s). 41, manifeste(m)-se o(a)(s) promovente(s), no prazo de 10 (dez) dias."

Do que dou fé.  
Caucaia, 14 de dezembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 2038/2018, foi disponibilizado na página 662À666 do Diário da Justiça Eletrônico em 15/01/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado  
Maria de Fatima Carneiro Monteiro (OAB 32315/CE)

Teor do ato: "Acerca da(s) informação(ões) de fl(s). 41, manifeste(m)-se o(a)(s) promovente(s), no prazo de 10 (dez) dias."

Do que dou fé.  
Caucaia, 22 de janeiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

*Maria de Fátima Carneiro Monteiro*  
*Advogada - OAB/CE Nº 32.315*

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE.

**PROCESSO: 0061434-57.2017.8.06.0064**

**ACÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

**Promovente: JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**

**Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A**

**JOÃO KLISMAM DA SILVA MARTINS**, brasileiro, menor  
púbere, nesse ato, representada por sua mãe, **MARILENE DE  
SOUSA DA SILVA** por intermédio de sua advogada, que a esta  
subscreve, legalmente constituída na forma dos autos, vem informar  
que, em cumprimento às determinações que tomou conhecimento  
através do processo em epígrafe, o endereço da **Seguradora Líder  
dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A** é: **Rua da Assembléia,  
100 - 22º andar - Centro – Rio de Janeiro – CEP: 20011-904.**

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Caucaia/CE, 20 de fevereiro de 2019.

*Maria de Fátima Carneiro Monteiro*  
*Advogada - OAB/CE nº 32.315*

*Rua José da Rocha Sales, Nº 34 - sala 03*  
*Caucaia/CE CEP: 601.604-085*  
*E-mail: fatimacarneiro.adv@mail.com*  
*Fones (85) 981525661*



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.br

## DESPACHO

Processo nº: **0061432-87.2017.8.06.0064**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Pagamento**  
 Requerente: **Marilene de Sousa da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt S/A**

Recebi os autos no hodierno.

Renove-se o expediente de fl. 30, desta feita, no endereço informado à fl. 47.

Expedientes necessários.

Caucaia, 14 de março de 2019.

**Maria Valdileny Sombra Franklin**  
**Juíza de Direito**

Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caucaia

1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.brCaucaia

## CARTA DE CITAÇÃO - MP

Processo nº: **0061432-87.2017.8.06.0064**  
 Classe: **Procedimento Comum**  
 Assunto: **Pagamento**  
 Requerente: **Marilene de Sousa da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A**

Senhor(a) Representante legal da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A,

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr. Maria Valdileny Sombra Franklin**, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, tem a finalidade de **CITAR** Vossa Senhoria, A FIM DE QUE apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, consoante o rito comum estabelecido no artigo 335 e seguintes do aludido dispositivo legal.

Seguem anexas, fazendo desta parte integrante, cópias da petição inicial e despachos de fls. 37 e 48 dos autos supra.

Caucaia/CE, 09 de agosto de 2019.

**Débora Rodrigues Nogueira Meira Barbosa**  
**Supervisor(a) Unid. Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

Senhor(a) Representante legal da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A  
 Rua da Assembléia, 100, 22º andar, Centro  
 Rio De Janeiro-RJ  
 CEP 20011-904

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Caucaia****1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia**

Rua Sérvulo Braga Moreira, s/n, Novo Pabussu - CEP 61600-272, Fone: (85) 3368-8989, Caucaia-CE - E-mail: caucaia.1civel@tjce.jus.br

**CERTIDÃO**

Processo nº: **0061432-87.2017.8.06.0064**  
Requerente: **Marilene de Sousa da Silva**  
Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/A**

**CERTIFICO**, que nesta data, remeti por via postal a carta com o AR859723147BI. O referido é verdade. Dou fé.

**Caucaia/CE, 21 de agosto de 2019.**

**Débora Rodrigues Nogueira Meira Barbosa**  
Supervisora de unidade



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE**

**Processo: 313689120108060112**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **FRANCISCO NETO DA SILVA**, opor

### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

### **NULIDADE DE INTIMAÇÃO**

Inicialmente, cumpre observar que foi publicado dia 05/08/2019, no Diário da Justiça Eletrônico, a r. decisão exarada, como se verifica na colação abaixo:

#### **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO**

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0310/2019, foi disponibilizado na página 975-994 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/08/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 05/08/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado  
Gwerson Jocsan Queiroz de Figueiredo (OAB 22776/CE)

Prazo em dias    Término do prazo  
15                    23/08/2019

Teor do ato: "Vistos em inspeção anual. Tratam os presentes autos de ação de reparação de danos referente ao seguro DPVAT proposta por FRANCISCO NETO DA SILVA em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO S/A. Alega, em síntese, que em 13/02/2010, foi vítima de acidente automobilístico do qual restaram sequelas, não recebeu nenhuma quantia a título indenizatório do seguro DPVAT, sendo que deveria receber o equivalente a R\$ 13.500,00. Acostou os documentos de (07/28). Despacho de ( pp. 43), deferindo os benefícios da gratuidade de a citação da parte ré. Contestação às (pp. 48/67), na qual o réu alega preliminarmente ausência do boletim de ocorrência válido - conditio sine qua non - ausência de prova da alegada invalidez total e permanente - impossibilidade - impossibilidade do julgamento antecipado da lide. No mérito, a ré manifesta-se a falta de nexo de causalidade - ausência do laudo do IML - laudo de exame de corpo de delito - IML, postulando, ao final, a improcedência da ação. Decisão de (pp. 91) incluiu o feito no mutirão DPVAT. Laudo pericial junto aos autos às (pp.106/107). É o relatório. DECIDO. Gratuidade da Justiça já deferida às (43). As partes estão devidamente representadas, o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal foram respeitados, achando-se o feito apto para julgamento. No tocante ao mérito, a pretensão da parte autora não merece acolhimento. Segundo a conclusão do laudo médico (pp.106/107), a parte autora sofreu lesões de perda anatômica e/ou funcional completa da mobilidade de sequele funcional no do pé esquerdo (Dor e edema em pé esquerdo com perda de força leve, parcial incompleta - de ordem de 25 % em grau leve. Assim sendo, a parte requerente faz jus ao recebimento da indenização do seguro DPVAT, correspondente à lesão de caráter permanente acometida. Lado outro, uma vez que o evento se deu no ano de 2010, a diferença da indenização deve ser calculada de acordo com os parâmetros da Lei nº 8.441/92 e valores fixados pela Lei nº 11.482/07, cujo teto máximo é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Assim, de acordo com o disposto no art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com as alterações das leis supramencionadas, o percentual incidente sobre o valor de R\$ 6.750,00 equivale a 25%, e, como a lesão parcial incompleta de grau leve, também deverá incidir a redução proporcional, que, no caso, corresponde a 25% (cinquenta por cento). Com isso, o valor devido a título de indenização corresponde ao montante de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Observando-se que de acordo com o laudo pericial (pp.106/107) a parte autora faz jus somente o valor de R\$ 1.687,50 ( hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) DISPOSTIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, que o faço com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, para condenar a requerida a pagar à autora a quantia de R\$ 1.687,50 ( hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), a ser corrigida pelo INPC a partir da data do recebimento do valor a menor, a ser acrescida de juros de mora de 1,0 % (um por cento) ao mês, desde a citação. Em razão da sucumbência recíproca, as partes arcarão à razão de 75% (setenta e cinco por cento) para a autora e 25% (vinte e cinco por cento) para a ré, com o pagamento das custas/despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, observado o disposto no art. 98, § 3º, do citado estatuto processual civil em relação ao requerente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, archive-se. Exp. Nec."

Desta feita, a Seguradora permanecia no aguardo da devida publicação para que pudesse verificar a intenção em recorrer, e ofertar sua peça tempestivamente, o que o faz sob ancorada no princípio de celeridade e economia processual.

Como se vê não foram respeitadas as exigências de Publicidade dos atos praticados, tendo em vista que foi requerido na peça de bloqueio (fls.), que futuras publicações fossem feitas em nome do patrono da Embargante FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR **OAB/CE 14752**

Conclui-se, portanto, que em nenhum momento o r. decisum esteve à disposição da Seguradora para ciência e eventual manifestação nos autos.

Afinal não é possível que a Seguradora, com seu grandioso número de causas, possua o controle e tenha a possibilidade de organizar suas publicações com seus números de processo.

Por tal motivo, inclusive, é que se indicam os nomes dos patronos a saírem a publicação realizada, eis que se torna uma forma mais fácil de proceder o acompanhamento processual.

Assim, repita-se, **NÃO HOUVE PUBLICAÇÃO DA D. SENTENÇA**, o que ocasionou a perda do prazo para manifestação nos autos.

Neste sentido, os requisitos formais para a validade do ato de comunicação processual, fundamental para a aplicação dos regimes de preclusão e desenvolvimento dos atos processuais, não atendeu aos critérios formais de sua realização.

Conclui-se, portanto, que em nenhum momento o r. decisum esteve à disposição da embargante para ciência, haja vista que **NÃO** foi publicada em nome do patrono constituído nos autos.

Assim, requer o recebimento da presente peça processual, ante as nulidades suscitadas.

#### **DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Com a mais a respeitosa *vênia*, na decisão proferida V. Exa. não se manifestou, expressamente, sobre pontos importantes levantados nos autos, a respeito dos quais, deveria ter-se pronunciado, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, para que lhes confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Conforme sustentado pela Embargante em sua peça de bloqueio a parte Embargada estava inadimplente com o Seguro DPVAT. Verifica-se tal OMISSÃO, que deve ser suprida ou sanada por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Conforme amplamente demonstrado, estando o pagamento do DPVAT em atraso, o veículo não é considerado licenciado, o proprietário deixa de ter direito à cobertura em caso de acidente e, o proprietário é obrigado a ressarcir as indenizações eventualmente pagas às vítimas do acidente.

Podemos verificar abaixo, que o autor efetuou o pagamento do DPVAT, nos anos de 2009 e 2011, deixando de efetuar o pagamento do ano de 2010 (ano do sinistro):

**ACESSIBILIDADE**

**COMO PEDIR INDENIZAÇÃO**

Documentos Despesas Médicas  
Documentos Invalidez Permanente  
Documentos Morte  
Dicas Indispensáveis

**PAGUE SEGURO**

Como Pagar

Sua busca por placa: HXC6340 UF: CE CATEGORIA: 09\*

Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento				
2011	R\$279,27	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>17/04/2012</td> <td>R\$279,27</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	17/04/2012	R\$279,27
Data Pagamento	Valor Pago						
17/04/2012	R\$279,27						
2009	R\$259,04	Quitado					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Data Pagamento</th> <th>Valor Pago</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10/12/2009</td> <td>R\$259,04</td> </tr> </tbody> </table>				Data Pagamento	Valor Pago	10/12/2009	R\$259,04
Data Pagamento	Valor Pago						
10/12/2009	R\$259,04						
2008	R\$255,13	Quitado					
2007	R\$184,21	Quitado					

(\*) Motocicleta

[Voltar](#) [Imprimir](#)

Neste ponto a r. Decisão não dedicou uma palavra sequer à esta questão amplamente invocada nos autos. Quedando-se omissa a este respeito e merecendo reforma.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JUAZEIRO DO NORTE, 2 de setembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**